



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

TERMO Nº ____/2026

Termo de Contrato para prestação de serviços de intermediação de pagamento por meio de sistema e-commerce e terminais POS, incluindo captura, roteamento, transmissão, processamento e liquidação de transações financeiras nos recebimentos por Pix e cartão de crédito e débito relativos às atividades acadêmicas, cursos e taxas administrativas da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, com aceitação mínima das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, consoante condições, exigências e quantitativos especificados no Termo de Referência e seu(s) anexo(s).

Processo Administrativo SEI nº 2025-06515820

A **ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ-MF sob o nº 35.949.858/0001-81, com endereço na Rua Dom Manoel, nº 25, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, doravante denominada EMERJ, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral Desembargador Cláudio Luís Braga dell’Orto, e a sociedade empresária _____, CNPJ-MF nº _____, com endereço na _____, nº _____, _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade nº _____, emitida pelo _____, C.P.F. nº _____, conforme consta nos autos, firmam o presente Termo de contrato, cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo eletrônico nº 2025-06515820, efetuada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições, que regerão o contrato em harmonia com os editais, bem como, com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, além das normas legais e regulatórias voltadas à sustentabilidade compatíveis com o objeto deste contrato.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) – A Contratada fica obrigada a fornecer os serviços de intermediação de pagamento por meio de sistema e-commerce e terminais POS, incluindo captura, roteamento, transmissão, processamento e liquidação de transações financeiras nos recebimentos por Pix e cartão de crédito e débito relativos às atividades acadêmicas, cursos e taxas administrativas da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, com aceitação mínima das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, consoante condições, exigências e quantitativos especificados no Termo de Referência e seu(s) anexo(s), na conformidade do edital da Licitação ____/2026, que, com a proposta apresentada pela Contratada, integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

1.1. Objeto da Contratação:

LOTE ÚNICO						
ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR ARRECADAÇÃO ESTIMADO (R\$) (A)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) (B)	VALOR ESTIMADO A SER PAGO (R\$) (AxB)
1	21300	Taxa MDR – Função Débito	TX ADM	R\$ 129.066,67		
2	21300	Taxa MDR – Função Crédito à Vista	TX ADM	R\$ 3.226.666,67		
3	21300	Taxa MDR – Função Crédito Parcelado de 2 até 6 vezes.	TX ADM	R\$ 2.904.000,00		
4	21300	Taxa MDR – Função Crédito Parcelado de 7 até 12 vezes.	TX ADM	R\$ 64.533,33		
5	21300	Taxa Mensal de Antecipação de recebíveis.	TX ADM	R\$ 129.066,67		
VALOR TOTAL				R\$ 6.453.333,34		

1.2. A solução contratada deverá contemplar, além das funcionalidades elencadas abaixo, o fornecimento, em regime de comodato e sem ônus, de 3 (três) terminais físicos POS/POC necessários ao atendimento presencial, com manutenção, substituição e insumos; bem como a realização de treinamento inicial e atualizações periódicas à equipe da EMERJ. (itens correlatos: 5.3 – Materiais/Equipamentos e 5.1.4 – Requisitos operacionais):

- a) Captura de transações com cartões de crédito à vista e parcelado (máximo 12x), débito e PIX, em conformidade com a Resolução BCB nº 1/2020 e nº 429/2024;
- b) Disponibilização de pagamentos presenciais via POS/POC, online (e-commerce), link de pagamento e QR Code;
- c) Possibilidade de pagamentos recorrentes, reembolsos e estornos com rastreabilidade;
- d) Possibilidade de pagamentos por aproximação;
- e) Compatibilidade com convênios e arrecadações específicas da EMERJ.
- f) A máquina POS deverá possuir a tecnologia NFC que permite a comunicação sem contato entre dispositivos, viabilizando o pagamento por cartão de crédito por aproximação.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

1.3. A Contratada compromete-se a fornecer o objeto, em conformidade com os critérios de gestão ambiental, bem assim com os aspectos de saúde e segurança ocupacional, estabelecidos em legislação, normas e regulamentos específicos, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários, conforme estabelecido no termo de referência.

1.4. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a EMERJ entender necessários no objeto do contrato, limitados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o disposto nos artigos 124, inciso I e 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA (DA FORMA DE FORNECIMENTO) – O modo de fornecimento ocorrerá de acordo com o item 1.2 e com o disposto no Termo de Referência, itens 5.3 – Materiais/Equipamentos e 5.1.4 – Requisitos operacionais)

2.1. São encargos exclusivamente da Contratada a entrega, o descarregamento e a alocação dos equipamentos no local determinado pela EMERJ, mediante agendamento prévio. O objeto do contrato será fornecido conforme indicado no Edital da Licitação ____/2026 e seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA (DA DESPESA) – A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 4490.52, Programa de Trabalho nº 0362.02.061.0142.2296, Operacionalização da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA (DO VALOR) – O valor do contrato é de R\$ _____ (_____), de acordo com a proposta readequada ao lance final ofertado pela Contratada, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula quinta.

5. CLÁUSULA QUINTA (DO PRAZO) – O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data indicada no memorando de início do serviço, expedido pelo órgão fiscal, após a formalização do contrato e publicação de seu extrato no DJERJ, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133/21 e prorrogável a teor do disposto no art. 107 do mesmo diploma legal, em conformidade com o disciplinado no item 10 do Edital da Licitação ____/2026.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

6. CLÁUSULA SEXTA (DA GESTÃO CONTRATUAL) – A gestão contratual foi pormenorizadamente definida pela Unidade Demandante, conforme descrição prevista no item 6 do Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA (DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL) – A Contratada prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, com validade durante sua execução, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da EMERJ, contados data de convocação para assinatura do contrato.

7.1 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual de que trata esta cláusula sobre o valor atualizado do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES) – Além do que consta no Edital e Termo de Referência, as partes se comprometem a cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, observados seus respectivos subitens abaixo:

8.1. Cabe à Contratada:

- a) cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam;
- c) observar as orientações contidas na Política de Segurança da Informação, nos termos do Ato Normativo TJ nº 8/2019;
- d) arcar com o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;
- e) responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à EMERJ ou a terceiros; A EMERJ não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

- f) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação;
- g) cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação do Termo de Referência, respondendo, exclusivamente, pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente;
- h) responder, exclusivamente, pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente;
- i) responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato;

8.2. Cabe à EMERJ:

- a) Exercer ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento dos prazos contratualmente previstos;
- b) Efetuar o pagamento devido à Contratada, pelo fornecimento do objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA (DA FISCALIZAÇÃO) – A fiscalização, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabe à EMERJ, que a seu critério e por meio de servidor designado pela DETEC - Departamento de Tecnologia da Informação deverá exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar os seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1. Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela EMERJ.

9.2. A existência e a atuação da fiscalização da EMERJ em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obriga, suas consequências e implicações perante terceiros.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

10. CLÁUSULA DÉCIMA (DO PAGAMENTO) – A contratada será remunerada exclusivamente pelas taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e pela taxa de antecipação de recebíveis incidentes sobre as transações efetuadas, retidas no ato do repasse, vedada a cobrança de quaisquer outros encargos não previstos no Termo de Referência, Edital e Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DAS SANÇÕES) – As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

11.1 As multas aplicadas poderão ser compensadas com os pagamentos eventualmente devidos pela EMERJ, nos termos do art. 368 da Lei 10.406/02.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE) – Fica estabelecido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em caso de eventuais reajustamentos de preços iniciais do contrato, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

12.1 O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada será preferencialmente de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévia autorização por escrito da Contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO) – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; reste documental e exhaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na transferência da estrutura referente às atividades envolvidas no contrato celebrado com a EMERJ; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



MINUTA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DA EXTINÇÃO) – O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no seu artigo 139, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

15.1. A extinção contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração; por decisão arbitral ou judicial; ou poderá se dar de forma consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse por parte da EMERJ, observadas as regras estabelecidas nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. No caso de extinção provocada por inadimplemento da Contratada, a EMERJ poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos autos do procedimento apuratório de falta contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DA PROTEÇÃO DE DADOS) - A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente ajuste em conformidade com a Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das demais normas e políticas de proteção de dados.

16.1. Consideram-se Dados Pessoais aqueles previstos no artigo 5º da Lei 13.709/2018.

16.2. No manuseio dos dados as partes concordam:

- a) tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em conformidade com estas cláusulas, e, na eventualidade de não mais poderem cumprir estas obrigações, por qualquer razão, informar, de modo formal, este fato imediatamente à EMERJ, que terá o direito de rescindir o ajuste sem qualquer ônus, multa ou encargo;
- b) manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;
- c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem a devida autorização expressa e por escrito das partes envolvidas;



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

- d) garantir, por si ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos que lidem com os dados pessoais os mantenham estritamente confidenciais, não os utilizando para outros fins, com exceção do objeto do presente ajuste;
- e) treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados;
- f) os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito das partes envolvidas, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações;
- g) em caso de determinação legal para fornecimento de dados pessoais a uma autoridade pública, as partes deverão se comunicar previamente, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

16.3. A Contratada deverá notificar à EMERJ, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, bem como qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades inerentes ao presente ajuste.

16.4. A Contratada será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à EMERJ e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento, pela Contratada, de qualquer das disposições previstas nesta cláusula, quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (ÉTICA E COMPLIANCE) – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

17.1. As partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento;



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

17.2. As partes se comprometem a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º;

17.3. As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude e práticas ilícitas por seus integrantes;

17.4. As partes se comprometem a obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da EMERJ;

17.5. A Contratada se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

- a)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b)** não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;
- c)** abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação do Tribunal. Em caso de uso indevido do nome da EMERJ, ou de qualquer marca, termo ou expressão vinculados a esse, direta ou indiretamente, a Contratada responderá pelas perdas e danos daí decorrentes;
- d)** participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela EMERJ, que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou de suas políticas internas, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta deste;
- e)** conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes, praticando a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais, em observância à legislação aplicável.

17.6. A Contratada declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno;



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

17.7. A Contratada concorda em notificar prontamente à EMERJ, caso tome conhecimento de que algum ato impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por estes contratados.

17.8. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (DOS CASOS OMISSOS) – Os casos omissos serão decididos pela EMERJ, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA (DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS E DO RECEBIMENTO, DO ENVIO E DA ASSINATURA DE DOCUMENTOS) – A comunicação de todos os atos efetivados entre as partes, bem como a assinatura, o envio e o recebimento de documentos, inclusive toda a documentação relativa a eventuais procedimentos apuratórios instaurados em decorrência deste contrato, serão em meio digital, utilizando-se, obrigatoriamente, do Processo Administrativo Eletrônico do TJRJ - SEI, mediante credenciamento de acesso como usuário externo, providência a qual se obriga a Contratada, quando demandada pela EMERJ, nos termos do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA (DA FORMALIZAÇÃO) – O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do TJRJ - SEI, garantida a eficácia das cláusulas cujo compromisso é assumido, sendo considerado celebrado na data da última assinatura.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (DO FORO) – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DA PUBLICAÇÃO) – Em 20 (vinte) dias, contados da data da última assinatura eletrônica deste instrumento, a EMERJ providenciará a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, em resumo, do presente termo de contrato.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ – SECRETARIA-GERAL
EMERJ – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EMERJ – DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EMERJ – SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

22.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da última assinatura deste termo, como condição indispensável para eficácia do contrato, bem como de seus aditamentos, na forma do artigo 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto

Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

EMERJ